



GT – “16”: “Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica”

VEGANISMO, RUPTURA METABÓLICA E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ABSTRATOS

Autor: Lara Palhares Silva Puliero

Filiação institucional: Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: pulierolara@gmail.com

RESUMO: O veganismo, como modo de vida que busca eliminar a exploração animal, possui diferentes vertentes, assim como outros movimentos sociais. Esta pesquisa busca analisar de que forma a vertente do veganismo de mercado, inserida no sistema agroalimentar hegemônico, contribui com a ruptura metabólica produzindo e sendo produto de espaços abstratos. Entende-se que a alienação entre o homem e a natureza se dá pela especificidade do trabalho e de toda a cadeia produtiva, quando desenvolvidas no sistema capitalista. A forma com a qual nos organizamos em sociedade é determinante para a maneira como impactamos, transformamos e nos apropriamos da natureza. E, por isso, o conceito de "metabolismo" pode ser considerado como a base para a compreensão da ecologia política, num cenário em que a produção capitalista corrompe o metabolismo entre homem e terra.

Palavras-chave: veganismo, ruptura metabólica, espaço abstrato

1. INTRODUÇÃO

Em um contexto de crise ambiental e eventos climáticos cada vez mais extremos, o movimento vegano tem aumentado o número de adeptos ou pelo menos simpatizantes da causa que aliam motivos ambientais a outros motivos como saúde e preocupação animal para a abstenção do consumo de carne e derivados. Apesar de não encontrarmos pesquisas sobre veganismo no Brasil, o IBOPE revelou que, em 2018, 14% da população brasileira se considerava vegetariana, o que representa quase 30 milhões de pessoas (SVB, 2022), e acredita-se que este número pode ter aumentado principalmente após a pandemia do COVID-19.

A crescente popularização do movimento vegano também gerou um aumento de pesquisas sobre o tema, que têm mobilizado diferentes áreas do conhecimento visto que este movimento pretende outra forma de alimentação, o que pode implicar não somente em uma

produção alternativa de alimentos mas em outra distribuição, comercialização e consumo destes. Cabe ressaltar que além da alimentação, o veganismo propõe a abstenção de qualquer ingrediente que tenha origem animal seja em produtos de higiene, roupas, entre outros, assim como abstenção de produtos que foram testados em animais.

Porém, apesar do aumento das pesquisas sobre veganismo, percebe-se a ausência da geografia nessas discussões, encontrando referências principalmente nas áreas de sociologia e nutrição. Oliver, Turnbull, Richardson (2024) citam um encontro de geógrafos que aconteceu em 2017, durante a conferência anual da American Association of Geographers, para tratar da ausência do veganismo na geografia apesar do seu crescimento em outras áreas de estudos.

Os organizadores pretendiam que a sessão atendesse à ‘centralidade e natureza contestada do lugar nas ações e no discurso dos ativistas pelos direitos dos animais’ e ao veganismo como ‘uma práxis inerentemente espacial’ (White et al., 2017, p. 1). O encontro refletiu sobre as geografias veganas, assim como sobre a ciência social e a pesquisa pública sobre veganismo de forma mais ampla (Giraud, 2021; Hodge et al., 2022) para questionar duas coisas: por que geografias veganas agora e quais são os principais desafios e oportunidades das geografias veganas? Isso serviu como um espaço para fazer um balanço e refletir sobre se os geógrafos veganos precisam "reafirmar a promessa radical do veganismo e das geografias veganas críticas" (White et al., 2022, s.p.). Nessa visão, a pesquisa vegana está inescapavelmente ligada ao ativismo e à defesa além da academia. (Oliver; Turnbull; Richardson, 2024, p. 3, tradução nossa, grifo deles)

Os autores afirmam que apesar do veganismo ser um dos movimentos alimentares que mais cresce no mundo, tanto no norte como no sul global, ainda não recebeu uma consideração completa nas geografias alimentares. A rejeição do veganismo pela geografia pode ser explicado por Giraud, ancorado em outros autores como Simon Springer e Richard White, “como um (tipo errado de) ativismo acadêmico, destacando a opressão dos animais que desafia até mesmo as geografias mais críticas” (Giraud, 2021, p. 3, tradução nossa).

Autores como Stewart e Cole (2020) que refletiram sobre suas carreiras como sociólogos veganos também foram citados por Oliver, Turnbull, Richardson (2024) para evidenciar as resistências encontradas na academia, onde ser vegano e estudar o veganismo gera desafios constantes porque é visto como uma "agenda política" em vez de uma linha séria de investigação acadêmica. Eles pontuam que as reações que descartam a pesquisa acadêmica em torno do tema como "meramente ativismo" refletem os descartes do "meramente feminista" e

do "meramente cultural" e são comuns para pesquisadores que estudam o veganismo enquanto veganos.

Oliver (2023) defende que as geografias veganas possuem similaridades com as novas temáticas culturais da geografia, que têm chamado a atenção para a geografia mais próxima - o corpo, e portanto, têm profunda relação com as questões que afloram das experiências cotidianas. Além da geografia feminista, e das geografias do cuidado, a autora também cita as geografias alimentares que seguem linhagens da teoria (in)corporada para entender a comida e a alimentação como um lugar estratégico e como ponto de partida para começar a analisar identidade, diferença e poder. As geografias incorporadas, portanto, vão além de uma política individualista rumo a uma visão radicalmente relacional do mundo, nos quais as intensidades corporais se desdobram na produção da vida cotidiana (Oliver, 2023).

As autoras Sexton e Garnett e o autor Lorimer, no texto "Vegan food geographies and the rise of Big Veganism" (2022) alegam que a geografia deveria estar bem posicionada para explorar tais desenvolvimentos, visto que há uma trajetória no campo sobre redes alternativas de alimentação e sua popularização, mas que o veganismo está ausente das investigações geográficas. Além disso, informam que as pesquisas neste âmbito muitas vezes tratam do aspecto do consumo ligado ao veganismo, e, portanto, entendemos que ao analisar os veganismos a partir do metabolismo entre seres humanos e natureza, envolvendo sistemas alimentares e produção do espaço, temos uma oportunidade de avançar essa discussão, corroborando com os autores que buscaram "recorrer às tradições conceituais na geografia alimentar que veem produção e consumo como mutuamente co-constitutivos" (Sexton; Garnett; Lorimer, 2022, p. 607, tradução nossa)

Os autores também abordam essa lacuna nos estudos veganos ao afirmarem que

A maioria dos estudos concentra-se principalmente na prática vegana no nível individual, em vez do nível sistêmico, e daqueles que examinam as práticas alimentares veganas, poucos consideram os debates agroalimentares mais amplos sobre as políticas espaciais, político-econômicas e materiais associadas à alimentação e redes de produção livres de animais. (Sexton; Garnett; Lorimer, 2022, p. 610, tradução nossa)

Apesar da conexão entre veganismo e geografia, Oliver (2023) mostra como este tema, mesmo ganhando espaço na academia, não têm evidenciado que adotar o veganismo implica

um processo contínuo de renegociação do corpo e do espaço - produzido por uma sociedade centrada na carne. Essas renegociações fazem parte de “uma prática coletiva de (des)fazer o mundo”, mas não é homogeneamente experimentado, uma vez que também reproduz as violências e opressões da sociedade.

Este trabalho procurou avançar o entendimento da geografia a respeito de alguns temas que envolvem a ruptura metabólica e os veganismos, através de uma exploração conceitual e empírica. Percebemos ainda a incipiência de geógrafos dispostos a traçar essas correlações e, por outro lado, as potencialidades em trazer essas discussões para o campo da geografia.

Buscamos diferenciar as vertentes do veganismo através de literatura sobre o tema, além de análises de redes sociais e práticas de algumas empresas que comercializam produtos “veganos”. A teoria da ruptura metabólica elaborada por Karl Marx e revisitada por Kohei Saito guiou as análises deste trabalho para demonstrar como a consolidação do sistema capitalista provocou a ruptura do metabolismo com a natureza.

A forma com a qual nos organizamos em sociedade é determinante para a forma como impactamos, transformamos e nos apropriamos da natureza. E, por isso, o conceito de "metabolismo" pode ser considerado como a base para a compreensão da ecologia política, num cenário em que a produção capitalista corrompe o metabolismo entre homem e terra.

Quando tratamos de alimentação, a relação entre homem e terra é fundamental para compreender, de forma mais complexa, como ocorrem todos os processos ligados a essa atividade, que talvez seja a mais imprescindível ao ser humano. Por outro lado, entender a relação entre sociedade e natureza, através da alimentação, também parece ser um caminho interessante e, sobre isso, Josué de Castro afirma que

Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação — o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais essas populações se organizam para satisfazer as suas necessidades fundamentais em alimentos. Já Vidal de La Blanche havia afirmado há muito tempo que “entre as forças que ligam o homem a um determinado meio, uma das mais tenazes é a que transparece quando se realiza o estudo dos recursos alimentares regionais” (Castro, 1984, p. 24).

Buscar compreender as formas de produção de alimentos, quais os tipos de produção, quais as relações sociais envolvidas no modo de produção, de que forma os solos podem ser tratados em diferentes formas de produção e suas implicações ambientais, passando por toda a cadeia produtiva, de distribuição e comercialização, até chegar nas formas de consumo dos alimentos, na autonomia das escolhas alimentares, na relação do consumidor com o alimento e com os estabelecimentos, enfim, compreender os sistemas alimentares através do olhar da ruptura metabólica e da produção do espaço parece ser extremamente potente.

2. VEGANISMOS

As dinâmicas econômicas, sociais e ambientais que ocorrem no território possuem a capacidade de produzir diferentes tipos de espaços, que não são meros cenários para tais atividades. “O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas.” (Lefebvre, 2006). O sistema agroalimentar moderno, que opera com grandes corporações de alimentos alterando dinâmicas pré-existentes, produz novos espaços integrando e desintegrando o nacional, o local. As tentativas de homogeneizar espaços através da imposição de culturas alimentares e as conseqüentes reações a tais esforços também foram analisadas, principalmente a partir da concepção de espaço abstrato, conceito desenvolvido por Lefebvre (2006).

Apesar da rápida corporativização do veganismo, com um número cada vez mais alto de empresas apostando em produtos sem ingredientes de origem animal e um aumento do número de veganos, a popularização do movimento é recente, assim como os estudos nesta temática. Apesar disso, observamos que as tentativas de diferenciar as visões de mundo dos veganos gerou a necessidade de categorização de vertentes do movimento. Algumas das vertentes mais conhecidas são: veganismo abolicionista, veganismo estratégico também conhecido como veganismo de mercado ou veganismo corporativo, veganismo interseccional ou político, veganismo popular, veganismo anticapitalista, entre outros.

Neste trabalho analisamos o veganismo de mercado, que aposta na inserção de produtos alimentícios ultraprocessados sem ingredientes de origem animal para a difusão do veganismo. Dessa forma, entendemos que essa vertente não critica o modo de produção capitalista de alimentos, uma vez que apoia grandes corporações de alimentos, em sua maioria não veganas. Um exemplo da sua estratégia são os selos veganos dados a estes produtos pertencentes a

empresas como Unilever que também fabricam produtos de origem animal - e que são a maioria em seu catálogo. De acordo com essa vertente, o aumento de produtos à base de plantas nas prateleiras dos supermercados é uma estratégia para a diminuição de produtos de origem animal e aumento de adeptos ao veganismo. Além disso, defende o não alinhamento com outros movimentos sociais como o movimento feminista e o movimento antirracista, por acreditar que isso enfraqueceria a causa pela libertação animal, mesmo alguns veganos desta vertente alegando que defendem as pautas dos demais movimentos.

Assim como o veganismo abolicionista, o veganismo de mercado incentiva boicotes a produtos e não a empresas ao entender que a maior disponibilidade de produtos a base de plantas no mercado contribui para a disseminação do movimento. Dessa forma, empresas não veganas que também produzem produtos a base de plantas são vistas como aliadas mesmo que continuem produzindo outros alimentos de origem animal. Além disso, tais vertentes possuem um caráter mais moralista e individual ao culpabilizar os sujeitos pelas suas escolhas alimentares em detrimento de criticar o modo de produção de alimentos e as grandes corporações que fomentam sistemas agroalimentares insustentáveis do ponto de vista ambiental e social. Por serem moralistas, seus argumentos para o fim do especismo se tornam frágeis, visto que a moral, como uma construção cultural, pode variar no tempo e na sociedade em que foi constituída.

3. METABOLISMO E RUPTURA METABÓLICA

Para tratar de ruptura metabólica, utilizamos como referência a obra “Marx in the Anthropocene: Towards the Idea of Degrowth Communism” do filósofo japonês Kohei Saito (Saito, 2022). A obra ainda não possui tradução para o português e a escolha de analisar o conceito de metabolismo por este texto e não pelos textos marxianos se deve ao fato de que este conceito foi tratado n’O Capital de forma pouco aprofundada e só pôde ser compreendido em sua totalidade a partir da publicação de pesquisas que estavam relatadas em alguns cadernos de Marx pelo projeto MEGA (Marx-Engels-Gesamtausgabe). Este projeto tem como objetivo publicar textos até então inéditos escritos por Marx e tem como colaboradores teóricos de diversos países.

Dessa forma, apenas a quarta edição do projeto MEGA publicizou algumas pesquisas de Marx em geologia, botânica e química agrícola que demonstraram o interesse do autor pelo debate ecológico após a publicação do volume 1 de sua maior obra.

A conexão mais recorrente que fazem da origem do Marx ecológico é em seu contato com os estudos de Justus von Liebig, mas ao contrário deste autor que focou sua pesquisa na exaustão do solo, Marx procurou analisar mais sobre a produção moderna e industrial de alimentos e seus efeitos desde a poluição das águas, passando pela exaustão do solo até as doenças pandêmicas. Saito (2022) cita outros autores que tratam de questões ambientais e que Marx teve acesso, como Carl Fraas e William Stanley Jevons. O primeiro, defendia que o desmatamento era uma ameaça a civilizações europeias devido à mudança do clima local, além de impactos para plantas indígenas e para a agricultura. Já o segundo elabora pesquisas sobre o uso do carvão e seu provável esgotamento. Por fim e mais importante para este trabalho, Marx teve contato com pesquisas da *The Economist* e elaborou sobre o crescimento da pecuária industrial e seus diversos malefícios ambientais como disseminação com epidemias, melhorias genéticas que produzem “produtos artificiais” e exaustão do solo pela pecuária extensiva.

Marx, por exemplo, leu artigos publicados no *Economist* sobre a epidemia de peste bovina na Grã-Bretanha entre 1865 e 1867. Na época, o consumo de carne estava crescendo, e a engorda de animais domésticos para carne e lucro se intensificou. [...] Marx já estudava Léonce de Lavergne e Wilhelm Hamm em 1864 sobre como a criação moderna de gado aumenta a vulnerabilidade dos animais às doenças, pois esses animais são mantidos inativos em um espaço fechado em prol de uma maturação mais rápida com excesso de gordura. Os comentários de Marx são bastante críticos dessas “melhorias” e simpáticos ao bem-estar animal. Em resposta aos relatórios entusiásticos de Léonce de Lavergne sobre o “sistema de seleção” desenvolvido pelo criador inglês Robert Bakewell, Marx escreveu em seu caderno: “Caracterizado pela precocidade, inteiramente doentio, falta de ossos, muito desenvolvimento de gordura e carne etc. Todos esses são produtos artificiais. Repugnante!” (MEGA IV/18: 234). Nos cadernos de 1868, a peste bovina proporcionou a Marx outra manifestação ainda mais horrível da ruptura metabólica criada pela produção industrial de carne.” (Saito, 2022, p. 179-180, tradução nossa, grifos nossos).

Desde aquela época, a pecuária era sinônimo de preocupação e de lá para cá, a pecuária industrial se intensificou consideravelmente, e dessa forma, as relações entre a criação de animais (principalmente nessa escala) e a ruptura metabólica não pode ser mais evidente. Qualquer atividade humana, portanto, através do trabalho, é responsável por mediar o metabolismo entre sociedade e natureza. Isso acontece tanto porque o trabalho utiliza recursos da natureza quanto porque o trabalho ocorre sempre em algum território.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. (Santos, 1996, p.163)

A partir da centralidade que Marx colocou no trabalho, a regulação do metabolismo provocada por ele deve também ser foco de análise em qualquer sistema econômico. “Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe” (Marx, 2017, p. 167).

Ou seja, se o trabalho é o “pai” da riqueza material e a terra é a “mãe” da riqueza material, parece inclusive fazer sentido que a maior parte das obras marxistas tenham ignorado a centralidade da terra. Reafirmar a centralidade da terra no metabolismo é fundamental para entender como diferentes agrupamentos humanos, contextos históricos e territórios regulam este metabolismo entre sociedade e natureza.

“O metabolismo entre humanos e natureza é, visto desta perspectiva, simultaneamente um processo sócio-histórico cujas formas concretas variam significativamente de acordo com as relações estruturais que existem em diferentes épocas e lugares.” (Saito, 2022, p. 20, tradução nossa) Ou seja, o metabolismo entre humanos e o restante da natureza é diferente a depender dos modos de vida de determinados grupos, no contexto histórico e territorial analisado. Dessa forma, os espaços produzidos a partir dessa relação metabólica entre humanos e natureza também podem ser diferentes a depender de como essa relação se materializa.

Ao comparar a produção capitalista moderna com a produção da sociedade antiga, Marx analisa que a primeira possui a riqueza como objetivo da produção, ao contrário da segunda, em que o ser humano aparece como objetivo da produção. Tal discrepância altera todo o modo do ser humano se relacionar com a finitude da natureza, visto que as sociedades pré-capitalistas analisadas tinham como “objetivo da produção os valores de uso ligados ao entendimento de desejos finitos” (Saito, 2022, p. 21, tradução nossa).

Mészáros, ao analisar a expansão do capital através do desenvolvimento do mercado mundial, que ele caracteriza como uma “mediação de segundo grau”, mostra que essa mediação se consolida como uma “mediação alienada” tanto porque afasta o trabalho do sujeito como

porque provoca a “alienação da natureza” (Saito, 2022). Os sujeitos então se tornam alienados tanto do trabalho quanto do território, há um afastamento nestes aspectos - mesmo que seja um trabalhador do campo, por exemplo, a relação com o território e com a natureza já foi alienada.

O autor também afirma que os limites do capital não são apenas um obstáculo material para a acumulação de capital, mas uma barreira frente à própria sobrevivência da humanidade. Dessa forma, o capitalismo se encontra em sua fase minguante de desenvolvimento histórico, pois uma vez que é a mais destrutiva, é também a mais autodestrutiva. Isso não significa necessariamente que o próximo passo da história seja a consolidação do modo de produção socialista, a outra alternativa parece ser a extinção da espécie que provocou tais desequilíbrios.

István Mészáros diferenciou-se dos marxistas ortodoxos ao reconhecer explicitamente que o roubo inerente ao desenvolvimento capitalista das forças produtivas não conduz ao progresso rumo ao socialismo. E, mesmo admitindo que não pode haver a sociedade sem a natureza, mas que, por outro lado, é possível ter a natureza sem a sociedade, Mészáros afirma que a sociedade traz consigo novas propriedades emergentes sócio-históricas e leis que não existem sem os seres humanos. Dessa forma, a relação dialética entre o social e o natural constitui a dinâmica complexa dos processos metabólicos sociais e naturais (Saito, 2022).

Sobre o conceito de ruptura metabólica, Saito sintetiza:

[...] a interação metabólica dos humanos com o resto da natureza constitui a base da vida, mas a maneira capitalista de organizar as interações humanas com seus ecossistemas inevitavelmente cria um grande abismo nesses processos e ameaça tanto os seres humanos quanto os não humanos.” (Saito, 2022, p. 23, tradução nossa)

O autor lamenta que Marx tenha advertido em apenas uma passagem contra um “abismo irreparável” no metabolismo social e natural, mas afirma que mesmo que o conceito da ruptura metabólica tenha aparecido em sua obra de forma “esporádica”, sua teoria é realmente profunda e sólida. E afirma acreditar que essa teoria teria sido melhor elaborada se Marx tivesse tido a oportunidade de concluir *O Capital*.

Saito (2023) responde de maneira contundente às críticas de que seria um exagero pontuar a preocupação ecológica como fundamental no pensamento marxiano, e dessa forma não é objetivo deste trabalho responder a esses questionamentos. Partimos do ponto de que a

ruptura metabólica é conceito chave para a crítica ao capitalismo contemporâneo, alicerçado no materialismo histórico dialético.

4. RUPTURA METABÓLICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Com o objetivo da valorização do capital, os processos de metabolismo entre ser humano e o restante da natureza são completamente transformados e reorganizados. Saito afirma que essa profunda transformação gira em torno de um aspecto do trabalho, particularmente o “trabalho abstrato”, visto que possui uma função estritamente capitalista como única fonte de mais-valia, ignorando o trabalho concreto ou o utilizando, juntamente com o ambiente natural, como manifestações para extrair mais-valor.

Seguindo com o argumento da necessidade de centralidade do território com a mesma importância da centralidade do trabalho, relacionamos o conceito de “trabalho abstrato” com o “espaço abstrato”, de Lefebvre - um espaço dominado pelas representações isoladamente, abstrações que promovem a equivalência, o valor de troca, permitindo que tudo vire mercadoria (a força de trabalho, a natureza e até as células-tronco dos animais não humanos). Promove uma cisão entre a prática social e a representação dessa prática. Para além de permitir que tudo vire mercadoria - ou talvez exatamente por isso - há um caráter de violência e agressão permanente contra a vida (de todos aqueles que tem vida).

O Ocidente arrogou a si, como e porque seria interessante saber, mas secundário, a transgressão da natureza. Ele a excedeu. A felix culpa! Diria a teologia. Sim, ele arrogou a si o que Hegel denomina a potência do negativo, a violência, o terror, a agressão permanente contra a vida. Generalizou-a, mundializou a violência e por ela engendrou o mundial. (Lefebvre, 2006, p. 160)

Ainda sobre essa violência, Lefebvre (2006) comenta que “O espaço agrário, que o viajante contempla descobrindo o natural, resulta de uma primeira violação da natureza.” (p. 395). Dessa forma, fazemos uma relação direta deste espaço agrário produzido através da violência contra a natureza, com a ruptura metabólica.

Ao definir o espaço abstrato como um espaço de aparência e de poder, Lefebvre (2006) assume que tanto pode conter ações práticas, quanto reservar-se ao campo das imagens e dos símbolos, o que associamos com as imagens e símbolos produzidas por este sistema agroalimentar moderno que produz alimentos vegetais a base de desigualdades, concentrações

de terra, renda e poder através de um discurso de sustentabilidade - uma vez que uma das principais problemáticas do espaço abstrato é a apropriação e a alienação entre as pessoas e o espaço.

O espaço abstrato compreende a supremacia do valor de troca em relação ao valor de uso; da supressão da natureza em relação à mercadoria. Trata-se do que Marx definiu no *Capital* como “fetichismo do consumo”, quando tudo passa a ser objeto de valor e quando a mercadoria se apresenta como superior à força de trabalho daqueles que a idealizaram. Trata-se de um espaço que tenta, sobretudo, controlar tudo e todos na medida em que é repressivo, reducionista, hierarquizante e segregacionista. (Matias, 2021, p. 97)

O “controle de tudo e todos” demonstra a dominação e a domesticação exercida contra a natureza e principalmente contra tudo que é “não homem” - o que dialoga com as discussões dos antiespecistas subversivos¹.

A alienação das classes sociais é gerida por meio da estética, da propaganda e da mídia pelas forças de dominação que atuam neste espaço abstrato. Relacionamos, pois estes conceitos com a proposição de Gramsci sobre hegemonia, entendendo, portanto, este espaço como produto e produtor das forças do Estado e do capital, se apoiando em grandes redes de bancos, de centros de compras e de grandes unidades de produção - todos estes hegemônicos. “Neste espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico explodiu.” (Lefebvre, 2006, p. 86)

Dessa forma, entendendo o papel do espaço no processo de metabolismo,

A alienação do trabalho e da natureza são mutuamente constitutivas uma da outra. Em outras palavras, o capital não apenas explora a força de trabalho, mas também subsume o mundo inteiro, afetando significativamente o 'espaço (escala)' e o 'tempo (taxa)'. Com sua escala de economia em expansão contínua e aceleração, o capital traz transformações espaço-temporais em um nível sem precedentes. (Saito, 2022, p. 24, tradução nossa)

E tais transformações espaciais merecem singular atenção quando analisamos a alienação da natureza, principalmente a partir da alimentação, visto ser a atividade mais básica e essencial para qualquer espécie animal e a que gera mais dependência da natureza.

¹ Para mais informações ver: *Antiespecismos subversivos: construções a partir das dissidências*. Org: Martina Davidson e Mica Peres - Rio de Janeiro: Ape'ku, 2023.

Saito pontua que a ruptura metabólica aparece em três dimensões diferentes:

Primeiro e mais fundamentalmente, a ruptura metabólica é a interrupção material dos processos cíclicos no metabolismo natural sob o regime do capital. O exemplo favorito de Marx é a exaustão do solo pela agricultura moderna. A agricultura moderna em grande escala e industrial faz com que as plantas absorvam a nutrição do solo o máximo e o mais rápido possível, para que possam ser vendidas aos consumidores em grandes cidades, até mesmo além das fronteiras nacionais. (Saito, 2022, p. 24, tradução nossa, grifo nosso)

Esta interrupção dos processos cíclicos que acelera o crescimento e o metabolismo das plantas com o único objetivo de aumentar a produção e gerar mais lucro também pode ser vista com os animais não humanos, como a espécie de frango híbrida chamada Hy-line, que cresce a uma velocidade três vezes maior, com menos da metade da alimentação. Além disso, a exaustão do solo não acontece apenas em consequência da agricultura industrial em espaços rurais, uma vez que os espaços urbanos produzidos pelos modos capitalistas, “por um lado acumulam a força motriz histórica da sociedade e, por outro, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra” (Marx, 2017, p. 464-465). Neste momento, o autor menciona o fato dos resíduos daquilo que é consumido no urbano em forma de alimentos e vestimenta, por exemplo, não retornarem ao solo em forma de nutrientes - que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Dessa forma, Marx pontua que “todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo” (Marx, 2017, p. 573), ou seja, o desenvolvimento da força produtiva na agricultura moderna gera necessariamente maior devastação e esgotamento ao ser humano e a natureza.

A segunda dimensão da ruptura metabólica, a “ruptura espacial”, envolve a contradição entre cidade e campo, uma vez que os nutrientes retirados do campo de forma exaustiva não voltam para estes espaços após serem vendidas e consumidas nas cidades. Ao invés disso, os resíduos dos consumos vão para os rios em formato de esgoto, exaurindo ainda mais os solos.

Uma vez que a produção está fisicamente longe do consumo neste modelo de sistema agroalimentar moderno, identificamos a consolidação da dicotomia entre cidade e campo, alicerçada em um processo violento da acumulação primitiva. Este contexto exige o transporte de produtos a longa distância, que promove tanto o desperdício de alimentos quanto o gasto energético pelo combustível dos veículos.

A terceira dimensão da ruptura é a ruptura temporal, uma vez que o tempo da natureza não acompanha o tempo do capital. Mesmo que a tecnologia encurte o tempo dos processos, a natureza não vai encurtar seu tempo de regeneração. Os combustíveis fósseis são o exemplo mais dramático deste processo, uma vez que o tempo de formação desses combustíveis pela natureza é infinitamente maior que o tempo utilizado para seu consumo.

Neste ponto há a crítica a novas tecnologias que são utilizadas como tentativas de reparar a ruptura, que permanece “irreparável” no capitalismo (Saito, 2022). Conectamos essa ideia com as novas tecnologias de produtos alimentícios sem origem animal vendidos como “veganos” que passam a ideia de sustentabilidade por não contribuírem diretamente com a pecuária e que vão desde salsichas e hambúrgueres “do futuro” como carnes de laboratório, que utilizam células de animais.

5. VEGANISMO DE MERCADO E OS DESLOCAMENTOS METABÓLICOS

Na tentativa de superar os limites naturais, Saito (2023) afirma que o capital constantemente inventa novas tecnologias e descobre novos valores de uso, expandindo seus mercados. Dessa forma, o autor propõe que um deslocamento metabólico (fazendo um jogo de palavras com “metabolic rift” e “metabolic shift”), é uma reação característica do capital em resposta à crise econômica e climática que ele mesmo causa. Dessa forma, esses deslocamentos como falsas respostas à crise ecológica responsabilizam o indivíduo tanto culpando os que não adotam hábitos “sustentáveis” quanto promovendo e colocando como exemplos aqueles que conseguem adotar esses hábitos, muitas vezes por terem acesso à informação e a dinheiro. O autor explica que há três maneiras do deslocamento da ruptura operar: tecnológico, espacial e temporal e para este trabalho focaremos as análises no deslocamento espacial, que aumenta o antagonismo entre campo e cidade, e atua favorecendo o norte global ao deslocar as consequências da ruptura para o sul, gerando deslocamento de cargas ecológicas para grupos sociais marginalizados.

Essa discussão está atrelada ao conceito de modo de vida imperial existente em países centrais, e que não é apenas um modo de vida capitalista visto que ele é baseado na exclusão do outro (sujeito e/ou território) que é marginalizado, tratado de forma descartável ou transformado em “zonas de sacrifício”. Nos países centrais há maior possibilidade de acessar

bens, serviços e infraestrutura que em comparação aos países periféricos. Essa diferença não é ao acaso e uma das causas se refere ao peso do extrativismo, de retirar recursos de um território para enriquecer, industrializar e favorecer a vida em outro local. Dessa forma, alguns locais podem ser vistos como luxuosos e promover qualidade de vida, enquanto outros viram “zonas de sacrifício” ou são esforços para um tipo de ecocídio. O modo de vida imperial, portanto, não se restringe ao consumo, mas é um tipo de organização e dinâmica de vida em um lugar em relação a outro (Brand; Wissen, 2021).

Este conceito é importante, pois demonstra a geopolítica nas relações de dependências entre países, porém, elucidamos que isso não significa que todos os sujeitos que habitam os países centrais tem a possibilidade de ter um modo de vida imperial, há uma grande desigualdade também interna nestes países, e por isso também que este conceito não deve ser visto de uma forma individualista - há também uma desigualdade interna que se refere a gênero, raça, classe e nacionalidade. Ao contrário disso, o modo de vida imperial organiza um padrão visto que os países que constroem este modo de vida concentram muito poder e conseguem fornecer maior acesso a bens e serviços que os locais periféricos. Os autores abordam ainda que a crise ambiental e a busca por alternativas “verdes” tornam as mercadorias vendidas no Norte Global “mais sustentáveis” enquanto continuam extraíndo recursos do Sul da mesma forma.

Quando abordamos as carnes de laboratório, observamos que as mesmas empresas que utilizam grande quantidade de terras e recursos naturais no Brasil investem em tecnologias de ponta em países do norte global. Ou seja, parece que o objetivo não é a sustentabilidade e a utilização de pouca terra no globo, mas apenas em algumas partes dele enquanto outros territórios periféricos continuam a ser explorados. Além disso, o discurso de sustentabilidade construído com a promoção das carnes de laboratório é a “superação” do uso de terras e, portanto, uma suposta desterritorialização. Sexton et al., (2022) pontuam a necessidade das(os) geógrafas(os) se perguntarem o que essa libertação de alimentos de origem animal da terra por meio de tecnologias significa para o futuro dos espaços rurais, assim como dos sujeitos e ecologias que eles sustentam.

Por outro lado, devemos pensar o Veganismo Corporativo não exatamente como uma visão de desterritorialização, mas sim como uma construída em torno de diferentes lugares, como o laboratório de biologia sintética, a fazenda urbana e a startup do Vale do Silício? (Sexton, et al., 2022, p. 671, grifo delas, tradução nossa).

Fica evidente, portanto, a criação de espaços abstratos, corporativos, que se pautam também na alienação realizada por meio da estética, da propaganda e da mídia pelas forças de dominação que atuam nestes espaços, com discursos de progresso e sustentabilidade.

A transferência de recursos e de prejuízos nesta escala só foi possível com a consolidação do mercado mundial que também promove a transformação do que era supérfluo em necessário. Este movimento cria demandas que não existiam, e na alimentação isso é muito nítido através dos ultraprocessados. Conceitos como “imperialismo alimentar” e “colonialismo do paladar” exemplificam a atuação hegemônica de grandes empresas em alterar hábitos alimentares.

Outros autores que também debatem o tema, Foster e Clark (2004) demonstram como o imperialismo foi importante para a ruptura metabólica e como ocorre o imperialismo ecológico, o qual de um lado a dívida financeira dos países do sul é cobrada e penalizada e a dívida ecológica dos países do norte é esquecida ou “perdoada”. Para além disso, a exportação de um produto agrícola do sul para o norte é em essência a exportação de terra e de água deste, evidenciando outros roubos e rupturas provocados pelo imperialismo e intrínseco a ele, que é anti ecológico por natureza. A agricultura comercial, modo de produção de alimentos hegemônico dentro deste sistema, traduz estes roubos e rupturas à medida que países do sul mantém sua posição agrária exportadora de commodities, empobrecendo e adoecendo seus solos e seus trabalhadores simultaneamente.

Luxemburgo (1970), ao tratar sobre a economia natural que foi destruída na primeira fase do imperialismo, caracteriza essa economia como uma forma contrária à superprodução. Engels e Marx (2005) pontuam o problema da superprodução gerado pelas forças produtivas capitalistas e intrínseco a ela: “meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso” (Engels; Marx, 2005, p. 33). Sobre a produção em excesso, a Revolução Verde, como uma nova etapa da atuação do capitalismo no campo, provocou não uma solução à fome, mas uma superprodução de alimentos que não permite o acesso democrático a ela e, portanto, se vê sem escoamento de alimentos (que viraram mercadorias). Dessa forma, os transforma em produtos alimentícios ultraprocessados para escoar essas commodities em excesso - produtos esses que terão maior durabilidade devido aos processos industriais e aditivos e conservantes e, portanto, chegam a territórios mais distantes de seu local de produção.

Há, portanto, uma complexificação da alimentação ao mesmo tempo que cria produtos alimentícios extremamente pobres nutricionalmente, ajudando ainda a destruir soberanias alimentares, aumentar as DCNTs e diminuir a biodiversidade. A quantidade de soja, milho e trigo é tanta que precisa-se criar cada vez mais produtos alimentícios ultraprocessados para destinar esses ingredientes. Em uma pesquisa rápida no supermercado é possível notar a quantidade de produtos alimentícios ultraprocessados que possuem soja, milho e trigo como principais ingredientes.

Além disso, o capitalismo visa ser um sistema universal, mas se o for, se esgotaria, ou seja, vista ser um sistema universal, mas depende necessariamente do sistema não capitalista para sobreviver. Sobre a necessidade da ativação do “freio de emergência”, apontado por Walter Benjamin, Saito (2023) afirma que a metáfora, hoje, é mais importante do que nunca e que esse freio implica um chamado ao decrescimento. Além disso, o autor pontua a necessidade de mudanças sistêmicas radicais e nessa perspectiva, esta pesquisa, portanto, entende tanto a abstenção do consumo de carne e derivados como a de ultraprocessados veganos (ou pelo menos sua drástica diminuição) em escala individual e a abolição da pecuária industrial assim como das grandes corporações alimentícias de ultraprocessados na escala global, como algumas das mudanças sistêmicas radicais em direção a um decrescimento. Porém, parece que estes debates sobre decrescimento individual e sistêmico ainda encontrarão muita resistência. “Muitos camaradas começam a suar frio ao ponderar uma sociedade em que ambos, humanos e animais, estejam libertos da exploração e da opressão, já que isso significaria abrir mão de sua carne e de seu queijo.” (Bündnis Marxismus und Tierbefreiung, 2019, p.180)

A necessidade da ativação do freio de emergência muitas vezes parece utópica, principalmente quando o discurso hegemônico se baseia no realismo capitalista, no sentido de que “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Tal ideia foi descrita por Mark Fisher (2020) e demonstra a concepção de que não haveria outra alternativa, o que “constrange severamente nossa imaginação política, nos subjugando a serviço do capital.” (Saito, 2022, p. 3). Em relação à questão ambiental, parece mais fácil imaginar a catástrofe do que mudanças radicais das relações capitalistas e, caracterizamos pois, essas concepções como rupturas no imaginário, que Krenak (2019) descreve como nossa incapacidade de sonhar e de “imaginar outro mundo possível” (p. 32). O filósofo, que também é líder indígena, menciona

uma ruptura que atualmente impacta todos os povos da terra, não apenas aqueles que estavam em maior vulnerabilidade.

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. (Krenak, 2019, p. 23)

A necessidade urgente de despertar e imaginar outros mundos possíveis para o autor é “no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente não fosse natureza.” (Krenak, 2019, p. 32) O que evidencia a ruptura no imaginário que concebeu a ideia de que os seres humanos estão fora da natureza. Também destacamos a preocupação de Krenak sobre a necessidade desses reordenamentos dos espaços, e dialogando com Lefebvre, da produção de espaços que não sejam mais abstratos.

Krenak também utiliza da ruptura em outro trecho para tratar da dificuldade em imaginar modos de habitar a Terra diferentes da concepção hegemônica atual e da idealização deste modo de vida imperial tratado por nós anteriormente. “Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo” (Krenak, 2019, p. 29). Dessa forma, vamos ao encontro do líder indígena e entendemos ser o objetivo dessa pesquisa a desestabilização de um padrão de existência que, através do consumo alimentar seja alto em carnes, ou seja, alto em ultraprocessados “veganos”, reforça e/ou desloca o metabolismo com a natureza que não só explora e degrada os elementos inorgânicos da natureza mas também os orgânicos, e isso inclui todos os animais humanos.

o Grande Veganismo emergiu como uma força significativa do atual mainstreaming da identidade, prática e produtos veganos na Europa e América do Norte. O poder cultural e financeiro considerável que ele continua a acumular rapidamente está definindo as políticas de possibilidade (Guthman, 2008) do que o veganismo contemporâneo é, para quem é, as geografias e escalas que abrange (Sexton; Garnett; Lorimer, 2022, tradução nossa)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos como o veganismo de mercado desloca espacialmente o metabolismo com a natureza, visto que não questiona o atual modo de produção de alimentos assim como não questiona os atores como Estado e capital, nem como os circuitos longos de comercialização,

não apoia práticas que levam em conta os sujeitos que plantam (como agricultura familiar, agroecologia), aposta no otimismo tecnológico e no consumo de ultraprocessados, além de ser considerado elitista e racista.

Este trabalho procurou avançar o entendimento da geografia a respeito de alguns temas que envolvem a ruptura metabólica e os veganismos através de uma exploração conceitual e empírica. Percebemos ainda a incipiência de geógrafos debruçados a traçar essas correlações e, por outro lado, as potencialidades em trazer essas discussões para o campo da geografia.

As contribuições deste trabalho foram no sentido de explorar quais expressões do veganismo parecem contribuir com os deslocamentos temporais, espaciais e temporais da ruptura metabólica. Ao evidenciar práticas dentro do movimento vegano que contribuem com a mercantilização da alimentação e da natureza, concentram riqueza em grandes corporações e mantêm a alienação e fetichização da mercadoria, produzindo espaços abstratos - e nos referimos a essas vertentes como veganismo de mercado.

Essa vertente está inserida dentro do sistema alimentar hegemônico, também entendido como sistema agroalimentar moderno, que é o qual a sociedade está organizada atualmente. Este sistema, baseado na industrialização e urbanização extensiva, em que grandes corporações detêm o poder sobre o território (uso corporativo do território), produzindo espaços abstratos, promove também o alto consumo de ultraprocessados - grupo de produtos alimentícios que está comprovadamente ligado à DCNTs como obesidade e hipertensão, além de manter o imperialismo alimentar e o colonialismo do paladar. Dessa forma, as estratégias de veganizar o mercado parecem estar apenas reafirmando a posição subalterna e dependente de alguns territórios na economia global enquanto aumenta a concentração de poder. Propomos então que o veganismo que se alia às grandes corporações que produzem ultraprocessados sem ingredientes de origem animal e que não propõe uma alternativa de produção, também fazem parte do que chamamos de sistema hegemônico centrado na carne, indo ao encontro das pesquisas dos geógrafos Sexton; Garnett; Lorimer (2022). Constatamos, portanto, que a análise destes processos sob a ótica da geografia e da produção do espaço oferecem ricas contribuições.

A abordagem da produção do espaço serviu de base para análises e reflexões que usualmente não são feitas em pesquisas que investigam o veganismo e também não encontramos referências que debatem a ruptura metabólica com a produção do espaço. Dessa

forma um dos maiores obstáculos foi a literatura incipiente nestes temas, porém consideramos que apesar de incipiente o tema é relevante principalmente nos avanços dos debates a respeito das diversas crises atuais.

Ao identificarmos que o veganismo liberal, cimentado num sistema alimentar hegemônico, possui muitas características que parecem deslocar a ruptura metabólica e produzir espaços abstratos, acreditamos que conseguimos avançar em um debate promissor sobre isso, apesar de incipiente.

Agradeço à FAPEMIG pelo apoio financeiro e institucional para a realização deste estudo.

5. REFERÊNCIAS

BRAND, Ulrich.; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global**. Tradução: Marcelo Couto — São Paulo: Elefante, 2021.

Bündnis Marxismus und Tierbefreiung. **XVIII Teses sobre marxismo e libertação animal**. Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales. 2019. Tradução de Sabrina Fernandes e Maila Costa. Ano VI, vol. II. ISSN 2346-920X. Disponível em: <https://revistaleca.org/index.php/leca/article/view/259/250> . Acesso em 03 ago. 2023.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome : o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

EARTH OVERSHOOT DAY. **How many Earths? How many countries?** Disponível em: <https://overshoot.footprintnetwork.org/how-many-earths-or-countries-do-we-need/> > Acesso em 23 mai. 2024

ENGELS, Friedrich.; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. 2005. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf > Acesso em 17 dez. 2022

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. **Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo**. 2004. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/10_foster.pdf > Acesso em 17 dez. 2022

FREITAS, Rosana; NÉLSIS, Camila; NUNES, Letícia. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. 2012. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100004> . Acesso em: 27 jul. 2023.

GIRAUD, Eva. **Veganism: Politics, practice and theory**. 2021. London, UK: Bloomsbury Academic.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. 1970. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-acumulac3a7c3a3o-do-capital-rosa-luxemburgo.pdf> . Acesso em 17 dez. 2022

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro 1:o processo de produção do capital**. 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

MATIAS, Keidy. **A tríade dialética espacial de Henri Lefebvre**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 80–103, 2021. DOI: 10.14393/cdhis.v34n1.2021.61954. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/61954> . Acesso em: 7 ago. 2023.

OLIVER, Catherine., TURNBULL, Jonathon.; RICHARDSON, Michael. **Claiming veganism and vegan geographies**. *The Geographical Journal*, 190, e12546. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/geoj.12546> . Acesso em 12 mai. 2024

SAITO, Kohei. **Marx in the Anthropocene. Towards the Idea of Degrowth Communism**. Cambridge, Cambridge University Press, 2022.

_____. **Slow Down: the degrowth manifesto**. Nova Iorque: Astra House, 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEXTON, Alexandra.; GARNETT, Tara.; LORIMER, Jamie. **Vegan food geographies and the rise of Big Veganism**. *Progress in Human Geography*, 46(2), 605-628. 2022. <https://doi.org/10.1177/03091325211051021>

SVB - Sociedade Vegetariana Brasileira. **Pesquisa do IBOPE aponta crescimento histórico no número de vegetarianos no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://svb.org.br/2469-pesquisa-do-ibope-aponta-crescimento-historico-no-numero-de-vegetarianos-no-brasil/> Acesso em 17 jul. 2024